

PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS É CRIME DE LESA-PÁTRIA



No último dia 18 de maio, o Tribunal de Contas da União (TCU) liberou a privatização da Eletrobras. Tal decisão está apoiada em uma série de irregularidades devastadoras para a economia nacional e para a população que pagará a conta dessa entrega, pois quem comprar (a empresa ou empresas do sistema Eletrobras) vai vender a energia gerada pelo valor de mercado, estimado em cerca de três vezes o preço de custo, acrescidos da taxa de lucro, que é determinada pela própria empresa.

O único voto contrário a esse ataque foi do ministro Vital do Rego, que expôs as ilegalidades do processo adotado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), entre elas, prejuízos de, no mínimo, R\$ 40 bilhões ao País, além da perda de controle sobre a energia nuclear.

Os impactos da privatização da Eletrobras vão muito além do encarecimento da conta de luz. A Lei está repleta de “jabutis” (a inserção de norma alheia ao tema principal em um Projeto de Lei) que atendem aos lobbies poderosos do setor como, por exemplo, a inserção de 8 mil MW em termelétricas a gás no Sistema Interligado Nacional (SIN) entre os anos de 2026 e 2030.

O modelo de privatização previsto na proposta que

virou lei, em decorrência da aprovação da Medida Provisória nº 1.031, prevê que as termelétricas a gás serão instaladas em regiões que não o produzem (Centro-oeste, Norte e norte de Minas), o que vai obrigar a construção de gasodutos caríssimos. A previsão legal é que essas usinas vão operar em tempo integral, gerando energia térmica cara e poluente, mesmo quando houver muita água nos reservatórios ou muita energia eólica ou solar.

O Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), em nota técnica sobre os impactos ambientais decorrentes da inserção de termelétricas a gás natural, esclarece que a medida está na contramão do cenário global de transição energética e de risco de racionamento. Segundo a nota, “Além de representar custos adicionais em relação a outras opções energéticas menos custosas para o atendimento dos maiores centros de carga do País, o investimento em gasodutos está comprometido em uma fonte energética que tornará mais distante a necessária descarbonização da matriz elétrica brasileira. O mesmo pode se dizer das emissões diretas decorrentes da operação dessas usinas”.

Defender a Eletrobras pública permanece na ordem do dia.

SERPRO – PROPOSTA ECONÔMICA OU OFENSA?

É de indignar a proposta econômica apresentada pelo SERPRO na primeira mesa de negociação. Após grande demora os porta vozes da empresa em mesa de negociação apresentaram a proposta de 30% (3,73) do INPC acumulado do período de maio de 2021 até abril de 2022 (12,46). O que não é novidade para os SERPRIANOS nos últimos anos, como pode ser verificado na tabela a seguir:

	INPC maio/abril	IPCA maio/abril	Reajuste do SERPRO	
2016/17	3,987	4,0825	3,99	
2017/18	1,691	2,7627	1,01	
2018/19	5,0754	4,9406	3,55	70% do INPC
2019/20	2,4599	2,399	0	
2020/21	7,5911	6,7592	5,31	70% do INPC
2021/22	12,4655	12,1315	3,73 (Proposta SERPRO)	30% do INPC

Acumulado INPC 2016 até 2021	22,49	
Acumulado IPCA 2016 até 2021	22,71	
Acumulado Reajuste 2016 até 2021	14,55	PERDA ACUMULADA 8,16%

Acumulado INPC 2016 até 2022	37,76	
Acumulado IPCA 2016 até 2022	37,58	
Acumulado Reajuste 2016 até 2022	18,82	PERDA ACUMULADA 18,76%

Em um contexto em que os trabalhadores tem apresentado resultados surpreendentes, gerando faturamento recorde para a empresa, sem falar das inúmeras horas extras trabalhadas e da redução dos custos oriundos do teletrabalho, este cenário com tamanha perda acumulada em pouquíssimos anos deixa muito claro que os processos de promoção e reclassificação são apenas um engodo, pois na verdade nem mesmo os trabalhadores (pequeno grupo) que conseguiram as promoções e reclassificações não conseguiram sequer repor as perdas inflacionárias dos últimos anos.

Imaginando um trabalhador com um salário de R\$5.000,00, ele já está acumulando hoje perdas dos últimos anos, segundo os índices inflacionários, de **8,16%** (perdas até abril de 2021), ou seja de R\$408,00 por mês. Se prevalece a proposta indecente do SERPRO, que pretende impor perda ainda mais significativa, que seria de **18,76%** (perdas até abril de 2022, aplicando-se o índice oferecido pela empresa), este trabalhador estaria perdendo R\$938,00 por mês. Veja tabela abaixo:

Salário	Perda Mensal Atual	Perda Anual Atual
R\$ 5.000,00	R\$ 408,00	R\$ 5.304,00
R\$ 6.000,00	R\$ 489,60	R\$ 6.364,80
R\$ 7.000,00	R\$ 571,20	R\$ 7.425,60
R\$ 10.000,00	R\$ 816,00	R\$ 10.608,00
R\$ 12.000,00	R\$ 979,20	R\$ 12.729,60

Tabela de simulação das perdas atuais dos últimos anos mais a proposta apresentada pelo SERPRO de ampliação da perda:

Salário	Perda Mensal Proposta	Perda Anual Proposta
R\$ 5.000,00	R\$ 941,00	R\$ 12.233,00
R\$ 6.000,00	R\$ 1.129,20	R\$ 14.679,60
R\$ 7.000,00	R\$ 1.317,40	R\$ 17.126,20
R\$ 10.000,00	R\$ 1.882,00	R\$ 24.466,00
R\$ 12.000,00	R\$ 2.258,40	R\$ 29.359,20

Está muito claro de onde sai o dinheiro para pagar as PLR's injustas dos próprios trabalhadores e as PLR's gordas da diretoria que têm o nome de RVA! Está explicado também de onde está saindo o dinheiro para o pagamento das reclassificações. É do salário dos próprios trabalhadores da empresa, que, na medida em que são rebaixados, geram os recursos para a empresa fazer suas manobras administrativo/financeiras.

Será que a empresa acredita que seu corpo funcional não sabe fazer conta? É para se indignar com a contraproposta ridícula da empresa à nossa pauta.

E este ano também inovaram em outra coisa, começaram pelo índice e deixaram as cláusulas sociais e de benefícios ainda sem resposta. Qual será o plano de corte de direitos que ainda não foi dito? Melhor ficarmos atentos e pensarmos nossa estratégia de mobilização.



**ASSEMBLEIA VIRTUAL
DIA 09/06/2022,
PRÓXIMA QUINTA, ÀS 10H**

Pauta:

**Organizar uma forte mobilização
onde os trabalhadores,
nacionalmente, estarão em
assembleia no dia 15/6
de 09h às 12h.**

Fontes:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidoramplo.html>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9258-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor.html>

Acordos coletivos do SERPRO dos últimos anos.

DIREÇÃO DA DATAPREV CONTINUA A PECHINCHA VISANDO IMPOR PERDAS AOS TRABALHADORES



Na continuação da 2ª mesa de negociação da DATAPREV, que começou no dia 16/05, que foi suspensa por falta de propostas, a empresa continuou sua pechincha, oferecendo agora 60% do IPCA, ou 7,28%.

A empresa se comprometeu a prorrogar o ACT até 30 de junho, com garantia de pagamento do retroativo a 1º de maio.

A reivindicação sobre a paridade no financiamento do plano de saúde permanece sem resposta, embora a representação da empresa tenha informado que levou a demanda à SEST, ainda sem retorno.

Também permanece sem resposta a data de pagamento da PLR 2021, sendo que ela já foi calculada pelo índice de 6,19% do lucro líquido, o que perfaz o valor de R\$22.005.011,16 e os acionistas já foram pagos.

A empresa propôs mesa de negociação específica para discutir PLR 2022 e a representação dos trabalhadores reivindicou que seja debatida também a PLR 2023, ou seja, com a antecedência necessária e de forma que seja possível negociar democraticamente e com transparência o estabelecimento de metas e regras do programa como um todo, conforme determina a Lei.

Em reunião do Comando Nacional de Campanha, que ocorreu no dia 1 de junho de 2022, às 19 horas, foi aprovada a realização de Assembleia para rejeição da proposta apresentada pela DATAPREV, ratificar a Pauta de reivindicações e discutir e deliberar sobre o Estado de Greve.

ASSEMBLEIA VIRTUAL DIA 09/06/2022, QUINTA FEIRA, ÀS 13h30. PARTICIPE.

UNISYS

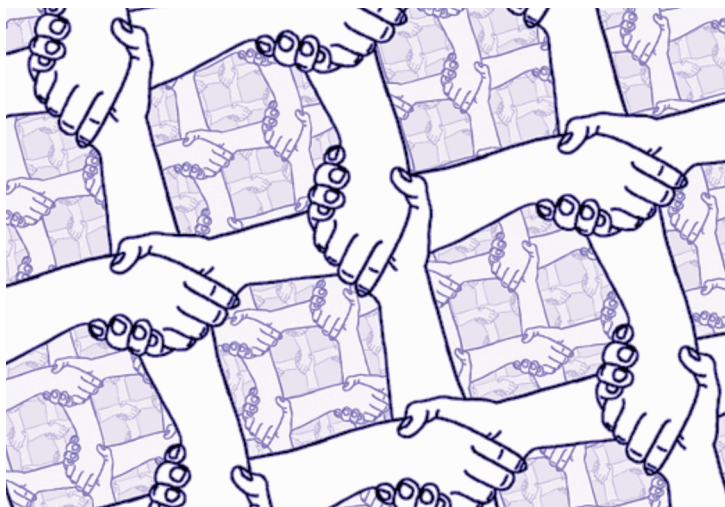


A primeira mesa de negociação com a UNISYS deverá ocorrer no dia 14/06, às 14hs. A reunião de preparação da negociação por parte dos trabalhadores acontecerá no mesmo dia, às 11hs.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamada	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados	Samba Mobile	0010567-89.2021.5.03.0020	23/11/2022	11:00	Videoconferência
Sindados	Metalsoft	0010226-29.2022.5.03.0020	17/10/2022	13:15	Videoconferência
Sindados	Accenture	0010277-43.2022.5.03.0019	29/06/2022	08:00	Videoconferência
Sindados	Vetta	0010352-69.2022.5.03.0185	07/06/2022	13:00	Videoconferência

COBRA TECNOLOGIA (BBTS) – A ORGANIZAÇÃO É A ALMA DAS NOSSAS LUTAS



Participem da Assembleia

A empresa Cobra Tecnologia (BBTS) hoje paga a alguns de seus técnicos um valor mensal a título de aluguel dos seus veículos particulares, para rodarem com estes veículos e atenderem às demandas da empresa. O valor pago pela empresa, no entanto, está historicamente muito defasado, ao ponto de, em Minas Gerais, estar em andamento uma ação na justiça visando reparar esta exploração.

Ocorre que, recentemente, a empresa abriu uma consulta de preço no mercado, com vistas certamente a pagar para terceiros ao invés de corrigir este problema que incomoda os seus trabalhadores faz muito tempo e as propostas que

atenderam aos requisitos, que seus técnicos tiveram acesso, mostrou o que os trabalhadores denunciavam e reivindicavam: os valores eram muito superiores ao que os trabalhadores recebem. Prova cabal de que os trabalhadores têm razão em sua reivindicação.

Esta ação da empresa, naturalmente, despertou uma reação nos trabalhadores que há anos reivindicam que lhes seja pago um valor mais justo e com uma tabela de manutenção que faça mais sentido ao trabalho dos mesmos e que seja adequada à quilometragem que rodam. Outro pleito, não menos correto, é que o Acordo Coletivo de Trabalho faça a regulamentação deste aluguel e manutenção, de modo que não impere apenas a vontade e regras da empresa.

O pleito dos trabalhadores é justo, tanto é que o Sindados/MG foi à justiça em sua defesa e estamos ganhando a ação. E com o movimento que começa a acontecer pelo Brasil afora precisamos discutir o assunto. Precisamos mostrar para a empresa de forma organizada que o pleito dos trabalhadores é justo, sem prejudicar nossa ação que tramita na Justiça.

Neste sentido convocamos os trabalhadores da Cobra Tecnologia (BBTS) para participarem de assembleia virtual no dia 08/06/2022, às 19h, para discutirmos esta pauta tão importante.

PLANTÃO JURÍDICO
Horário de Atendimento
TERÇAS e QUARTAS
De 16h às 18h
na Sede do Sindados

Celular:
31 98421-8009



FUNCIONAMENTO DO
SINDADOS/MG
DIARIAMENTE
DE 8H ÀS 17H



GESTORES DA PRODEMGE CONTINUAM DESRESPEITANDO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS



Somente depois da Audiência Pública, realizada na ALMG, no último dia 26/05, a PRODEMGE divulgou os salários no Portal da Transparência e a Instrução Normativa (IN) com o novo Plano de Cargos, Salários e Carreira (PCSC). E para ZERO surpresa dos trabalhadores as irregularidades continuam e foram comprovadas.

A Instrução Normativa comprovou aspectos ilegais e não isonômicos do novo PCSC e mostrou aos trabalhadores que a tal da “matriz de proficiência” não foi observada. Critérios de enquadramentos não foram seguidos. Com relação a próxima progressão, por mais absurdo que possa parecer, ela ocorrerá nos moldes/forma vigentes até então, enquanto que as seguintes ainda estão sendo desenvolvidas no sistema.

Resumindo, até o momento não se sabe como se dará as progressões, se haverá mesmo a tal redução, pela metade, do tempo para alcançar o topo da carreira, promessa que foi usada para justificar os atropelos da implantação do novo Plano.

A reivindicada divulgação dos salários está sendo chamada pela rádio peão de “Portal da Falta de Transparência”. Os salários dos que têm função comissionada saíram de forma incompleta e os valores totais e reais ninguém sabe, ninguém viu. A tabela salarial muito menos. Os critérios de

divulgação foram modificados. Por que será?

E mais estranho ainda: por que mudar até o layout de apresentação? Antes, os salários, cargos e demais informações eram organizados em apenas uma linha, o que, sem dúvidas, facilitava a visualização e entendimento imediato das informações. Agora, passaram a ser formatados em duas linhas. Qual o motivo dessa mudança depois de anos e anos? Será que assim acharam que os “meros” trabalhadores de informática não conseguiriam identificar as disparidades? É muito menosprezo com a capacidade de análise dos trabalhadores.

A indignação foi geral. As pessoas que já tinham entendido o absurdo que foi esse PCSC só tiveram sua decepção e desânimo aumentados ao ver salários multiplicados numa proporção surreal, de forma discriminatória. Princípio da isonomia constitucional? Lata de lixo para a Constituição! E os que ainda não tinham entendido, ou se achavam em vantagem, ficaram boquiabertos ao ver que, até entre os beneficiados, existiram os que foram mais agraciados.

Umas áreas foram mais valorizadas do que outras, com o “papo” de atividade fim. Uma funciona sem a outra? Qual a lógica de pesos diferentes?

Foi possível ver que mais “amigos do Rei” foram indultados com aumentos e que alguns poucos funcionários de recrutamento amplo tiveram sua fidelidade recompensada com substancial acréscimo em seus salários. A rádio peão já cantou, citar nomes é desnecessário. Não se trata de curiosidade, nem indiscrição de ver o salário do colega, mas do uso do direito, como cidadão, de acesso à informação, de fiscalizar a gestão, de exigir o cumprimento dos princípios da LEGALIDADE, IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E PUBLICIDADE.

E o sindicato, está contra os salários dos trabalhadores?

Só mesmo alguém muito desinformado, sem conhecimento da luta histórica do SINDADOS/MG em defesa dos direitos dos trabalhadores, ou mal-intencionado, poderia acreditar em tal absurdo. Mas, acima de tudo, é preciso compreender que essa é uma “jogada” da direção da empresa, que visa propagar a divisão entre os trabalhadores, divisão

que ela mesmo cria para continuar controlando. O Sindicato sempre lutou pela valorização dos trabalhadores da PRODEMGE e é por isto que afirma que este PCSC é um engodo, um arremedo de plano injusto, ilegal, sem critério.

Um PCSC é reivindicação histórica dos trabalhadores da PRODEMGE, não isto que entrou em vigor no dia da mentira, que não foi discutido com ninguém, que menosprezou a história de vida de profissionais que se dedicam todos os dias, muito além do que recebem para fazê-lo.

E a conversa que circula pelos corredores da Empresa, de que muitos não fizeram por onde para ter função ou serem “agraciados”, é papo típico de teleguiados da chefia, que querem disseminar a discórdia. Discurso ruim, porque ninguém tem de ser “agraciado” por PCSC nenhum. Os profissionais têm de ser valorizados pelo seu trabalho, têm de enxergar a carreira no plano e o caminho a ser trilhado em busca de maior valorização. A maioria das pessoas que conseguiram funções nos últimos anos sabe bem como foi difícil o reconhecimento do seu trabalho, como suaram para manter e, mais ainda, como houve discriminação e injustiça.

Os relatos que o Sindicato recebeu, de conteúdo praticamente idênticos, foram inúmeros, que contavam que o gerente falava para o funcionário esperar, trabalhar direitinho, que receberiam cargos ou melhorias, mas com o plano se viram abandonados.

O TRATAMENTO DESIGUAL PARA IGUAIS FICOU EVIDENTE COM O QUE FOI DIVULGADO PELA PRODEMGE, AINDA QUE TENHA SIDO UMA DIVULGAÇÃO “MEIA BOCA”.

Vemos com ressalva o discurso de meritocracia, que dissemina muito mais o individualismo do que o fazer coletivo. Porém, “meritocracia” baseada em relacionamento, sorte ou misteriosos fundamentos ultrapassou todos os limites, vira termo bonito para ludibriar e desmerecer quem se esforça muito todo dia. Desânimo, desmotivação, humilhação, cansaço, falta de esperança é o que mais se ouve dos trabalhadores.

Estes sentimentos o Sindicato não deixa de ouvir, acolher, mas retorna a cada um dizendo que essas dores devem ser transformadas em garra, em desejo de justiça e em motivo para lutar. A luta é dura, mas é a única saída. Se conformar com injustiça não deve ser opção nem para as representações dos trabalhadores, nem para os trabalhadores.

E você, caro colega, que teve um ganho financeiro com este PCSC, reflita: você vai apoiar esta opressão da Empresa? Vai concordar com um PCSC que não garante progressão adequada e justa? Vai se calar ante a ameaça de sobrevivência da PRODEMGE, diante do risco de perder seu quadro técnico e acabar sucateada?

Vamos nos juntar e demonstrar nossa força!

Desdobramentos

A Audiência Pública na ALMG gerou desdobramentos, requerimentos e encaminhamentos foram dados:

- Foi solicitada pela Comissão de Administração Pública da ALMG que os representantes da PRODEMGE se reunissem com os representantes dos trabalhadores – SINDADOS-MG e Comissão de Trabalhadores – no prazo de 10 dias, a partir do dia 26/05. Até o momento não houve nenhum pronunciamento por parte da Empresa. O Sindicato enviou correspondência à PRODEMGE em 03/06, reforçando sua disposição para reunião e negociação;
- Foi indicada a suspensão do PCSC, para negociação com os trabalhadores e suas representações;
- Foi solicitada a documentação apresentada à SEF e CCGE para aprovação e implementação do PCSC;
- Foi solicitado o encaminhamento das notas taquigráficas ao MPE e ao MPT.

Além disso, tanto a Comissão de Administração Pública da ALMG quanto o SINDADOS-MG solicitaram à PRODEMGE:

- Cópia integral do Plano de Cargos e Salários e Carreira;
- Cópia integral da tabela salarial;
- Informações sobre a matriz de proficiência utilizada para enquadramento de cada empregado, detalhando-se o valor e peso atribuído a cada critério;
- Informações sobre os critérios e procedimentos a serem adotados nas próximas progressões, detalhando-se o valor e peso atribuído a cada critério;
- A forma pela qual o novo Plano de Cargos e Salários e Carreira foi apresentado aos empregados da Empresa.

A luta continua!